Este livro é o resultado final das discussões efetuadas ao longo o ano de 1998, durante o eminário *Estudos nunciativos no Brasil: História Perspectivas*, realizado no nbito das atividades da ea de Pós-Graduação em miótica e Lingüística Geral o Departamento de güística da Faculdade de osofia, Letras e Ciências manas da Universidade de o Paulo.

Com a presença de güistas brasileiros voltados ra diferentes perspectivas s estudos enunciativos e scursivos, foram realizados contros mensais que prangiam dois períodos e ontavam com a rticipação de professores pós-graduandos de vários partamentos da USP e de tras Universidades. Após a posição dos convidados ontecia um debate, em ral acalorado, envolvendo especificidades dos nceitos que, de diferentes aneiras e sob diferentes foques, constituem o que

Beth Brait
(Org.)

Estudos Enunciativos no Brasil
Histórias e Perspectivas

Pontes
FAPESP

CATEGORIAS DA ENUNCIAÇÃO E EFEITOS DE SENTIDO

José Luiz Fiorin

As gramáticas apresentam como fenômenos aleatórios e sem qualquer conexão entre si o uso de uma pessoa por outra (o plural majestático, por exemplo), de um tempo por outro (o presente histórico, por exemplo), de um espaço por outro (o uso do *este* por *aquele*, por exemplo). Como as categorias em que isso ocorre são o que Benveniste chama categorias da enunciação, então pode haver uma explicação única para tornar inteligível essa utilização de um termo no lugar de outro. Essas categorias não pertencem a uma ou a algumas línguas, mas são próprias da linguagem humana, o que significa que todas as línguas devem manifestar a temporalidade, a espacialidade e a actorialidade. O que pode diferir de uma língua para outra é a forma de organizar cada uma dessas categorias. O corolário dessa tese é que todas as categorias enunciativas devem ser regidas pelos mesmos princípios em todos os idiomas. Por outro lado, deve-se considerar que, sendo o discurso da ordem do acontecimento, é o lugar das instabilidades das categorias lingüísticas, que se apresentam estabilizadas no sistema. Dizer que as categorias se instabilizam no discurso não significa admitir que elas se realizam aleatoriamente. Ao contrário, essas instabilidades obedecem a certas coerções, que são a garantia mesma da existência do sentido. Trata-se, então, de instabilidades regradas. Não se busquem, entretanto, razões de ordem sistêmica ou frasal que as expliquem, porque elas são do domínio do discurso.

Duas são as idéias que norteiam este trabalho:

a) as categorias de pessoa, espaço e tempo são regidas pelos mesmos princípios;

b) seu funcionamento no discurso é instável, mas essa instabilidade obedece a determinadas coerções.

Greimas e Courtés, com base nos estudos precursores de Benveniste e Jakobson, esboçaram o que deveria ser um estudo semiótico das categorias da enunciação (1979: 79-82: 119-121, 123-128). Esses semioticistas entendem o processo de geração do sentido como um percurso gerativo, simulacro metodológico do ato real de produção significante, que vai do mais simples e abstrato (estruturas a *quo*) até o mais complexo e concreto (estruturas *ad quem*), por meio de mecanismos de conversão. Esse percurso gerativo mostra os níveis de invariância crescente do sentido e dá a cada um desses níveis uma descrição metalíngüística adequada. Nesse percurso, distingue-se a imanência, que diz respeito ao plano de conteúdo, da manifestação, que é a união de um plano de conteúdo com um ou vários planos de expressão. No nível de imanência, há os seguintes patamares: o fundamental, o narrativo e o discursivo. A enunciação é vista, como aliás já o tinha feito Benveniste, como instância de mediação, que assegura a discursivização da língua, que permite a passagem da competência à performance, das estruturas semióticas virtuais às estruturas realizadas sob a forma de discurso (Greimas e Courtés, 1979: 126). A montante dessa instância de mediação estão as estruturas sêmio-narrativas, "formas que, atualizando-se como operações, constituem a competência semiótica do sujeito da enunciação" (Greimas e Courtés, 1979: 127). A jusante aparece o discurso.

Se a enunciação é a instância constitutiva do enunciado, ela é a "instância lingüística logicamente pressuposta pela própria existência do enunciado (que comporta seus traços e suas marcas)" (Greimas e Courtés, 1979: 126). O enunciado, por oposição à enunciação, deve ser concebido como o "estado que dela resulta, independentemente de suas dimensões sintagmáticas" (Greimas e Courtés, 1979: 123). Considerando dessa forma enunciação e enunciado, este comporta freqüentemente elementos que remetem à instância de enunciação: de um lado, pronomes pessoais, demonstrativos, possessivos, adjetivos e advérbios apreciativos, dêiticos espaciais e temporais, em síntese, elementos cuja eliminação produz os chamados textos enuncivos, isto é, sem nenhuma marca de enunciação; de outro, termos que descrevem a enunciação, enunciados e reportados no enunciado (Greimas e Courtés, 1979: 124).

Cathérine Kerbrat-Orecchioni fala em enunciação em sentido estrito e em sentido lato (1980: 30-31). Aproveitaremos sua sugestão, alterando, entretanto, o que se considera sentido estrito e sentido lato. Serão considerados fatos enunciativos em sentido lato todos os traços lingüísticos da presença do locutor no seio de seu enunciado. Em sentido estrito, os fatos enunciativos são as projeções da enunciação (pessoa, espaço e tempo) no enunciado, recobrindo o que Benveniste chamava o "aparelho formal da enunciação"

(1974: 79-88). A enunciação, tanto num sentido como no outro, é a enunciação enunciada, isto é, marcas e traços que a enunciação propriamente dita deixou no enunciado. Em si mesma, a enunciação é da ordem do inefável, só quando se enuncia pode ser apreendida. Assim, como diz Coquet, "a enunciação é sempre, por definição, enunciação enunciada" (1983: 14).

A enunciação deve ser analisada ainda como a instância de instauração do sujeito. Benveniste diz que a propriedade que possibilita a comunicação e, portanto, a atualização da linguagem é que é "na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, uma vez que, na verdade, só a linguagem funda, na sua realidade, que é a do ser, o conceito de *ego*" (1966: 259). A categoria de pessoa é essencial para que a linguagem se torne discurso. Assim, o eu não se refere nem a um indivíduo nem a um conceito, ele refere-se a algo exclusivamente lingüístico, ou seja, ao "ato de discurso individual em que *eu* é pronunciado e designa seu locutor" (1966: 261-262).

Como a pessoa enuncia num dado espaço e num determinado tempo, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do "sujeito", tomado como ponto de referência. A partir do espaço e do tempo da enunciação, organizam-se todas as relações espaciais e temporais. Porque a enunciação é o lugar de instauração do sujeito e este é o ponto de referência das relações espaço-temporais, ela é o lugar do ego, *hic et nunc*.

Os mecanismos de instauração de pessoas, espaços e tempos no enunciado são dois: a debreagem e a embreagem[1]. Debreagem é a operação em que a instância de enunciação disjunge de si e projeta para fora de si, no momento da discursivização, certos termos ligados a sua estrutura de base com vistas à constituição dos elementos fundadores do enunciado, isto é, pessoa, espaço e tempo (Greimas e Courtés, 1979: 79). Na medida em que, como mostra Benveniste, a constituição da categoria de pessoa é essencial para a constituição do discurso e o *eu* está inserido num tempo e num espaço, a debreagem é um elemento fundamental do ato constitutivo do enunciado e, uma vez que a enunciação é uma instância lingüística pressuposta pelo enunciado, contribui também para articular a própria instância da enunciação. Assim, a discursivização é o mecanismo criador da pessoa, do espaço e do tempo da enunciação e, ao mesmo tempo, da representação actancial, espacial e temporal do enunciado (Greimas e Courtés, 1979: 79).

Uma vez que a enunciação é a instância da pessoa, do espaço e do tempo, há uma debreagem actancial, uma debreagem espacial e uma

1. Os termos advêm da tradução francesa do termo shifters, utilizado por Jakobson em seu artigo "Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe" (1963, 176-196). O lingüista russo mostrava nesse artigo que a significação geral de um embreante não pode ser definida fora de uma referência à mensagem. Greimas criou os verbos e os substantivos de ação e deu a eles um sentido particular (ver Parret, 1988: 143-173).

debreagem temporal. A debreagem consiste, pois, num primeiro momento, em disjungir do sujeito, do espaço e do tempo da enunciação e em projetar no enunciado um *não eu*, um *não aqui* e um *não agora*. Como nenhum *eu*, *aqui* ou *agora* inscritos no enunciado são realmente a pessoa, o espaço e o tempo da enunciação, uma vez que estes são sempre pressupostos, a projeção da pessoa, do espaço e do tempo da enunciação no enunciado é também uma debreagem. (Greimas e Courtés, 1979: 79).

Há, pois, dois tipos bem distintos de debreagem: a enunciativa e a enunciva[2]. A primeira é aquela em que se instalam no enunciado os actantes da enunciação (*eu/tu*), o espaço da enunciação (*aqui*) e o tempo da enunciação (*agora*), ou seja, aquela em que o não eu, o não aqui e o não agora são enunciados como eu, aqui, agora (Greimas e Courtés, 1979: 80).

> Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos - e, antes de começar, digo os motivos porque silenciei e porque me decido (MC, 3)

Nesse caso, há uma instalação no enunciado do eu enunciador, que utiliza o tempo da enunciação (*o nunc*). Trata-se, nesse caso, de debreagens actancial e temporal enunciativas.

Na debreagem espacial enunciativa, é preciso levar em conta que todo espaço ordenado em função do *aqui* é um espaço enunciativo. Assim, o *lá* que se contrapõe ao *aqui* é enunciativo. É o que ocorre na "Canção do Exílio", de Gonçalves Dias:

> Minha terra tem palmeiras,
> Onde canta o sabiá,
> As aves que aqui gorjeiam,
> Não gorjeiam como lá. (GD, 11-12).

2. Essa distinção entre enunciativo e enuncivo é calcada sobre a distinção entre discurso e história operada por Benveniste (1966: 238-245). Lembra ainda a distinção feita por Culioli (1973) dos modos de enunciação em que há referências que se efetuam em relação à situação de enunciação e aqueles em que as referências se fazem em relação ao enunciado; a diferença feita por Danon-Boileau (1982: 95-98) entre referências por anáfora e referências por dêixis; a dicotomia efetuada por Harald Weinrich (1973) entre mundo narrado e mundo comentado. É interessante notar que, a partir do momento em que se nota que esses são dois mecanismos de projeção da enunciação no enunciado, a maior parte das críticas feitas à tipologia de Benveniste, como as célebres objeções feitas por Simonin-Grubach (1983: 31-69), deixa de ter validade, uma vez que críticos, como, por exemplo, a acima mencionada, baseiam-se fundamentalmente no fato de que há textos construídos com combinações de pessoas, espaços e tempos excluídas pela definição proposta por Benveniste. Os trabalhos apontados acima mostram que esses dois elementos não são textos, mas mecanismos produtores de textos. Por conseguinte, podemos concluir que eles constituem modos de enunciação distintos que se combinam de diversas maneiras para produzir uma gama variada de textos.

Da mesma forma, na debreagem temporal, são enunciativos os tempos ordenados em relação ao agora da enunciação. Considerando-se o momento da enunciação um tempo zero e aplicando-se a ele a categoria topológica *concomitância/não concomitância (anterioridade/posterioridade)*, obtém-se o conjunto dos tempos enunciativos (presente, pretérito perfeito 1 e futuro do presente)[3]. Observe-se acima, no texto de Machado de Assis: *silenciei* é um tempo anterior ao agora.

A debreagem enunciva é aquela em que se instauram no enunciado os actantes do enunciado (*ele*), o espaço do enunciado (*algures*) e o tempo do enunciado (*então*). Cabe lembrar que o algures é um ponto instalado no enunciado; da mesma forma, o então é um marco temporal inscrito no enunciado, que representa um tempo zero, a que se aplica a categoria topológica *concomitância vs não concomitância*.

> Rubião fitava a enseada, - eram oito horas da manhã. Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta (MA, I, 643).

O texto principia com uma debreagem actancial enunciva, quando nele se estabelece o actante do enunciado, Rubião. O verbo *fitar*, no pretérito imperfeito do indicativo, indica uma ação concomitante em relação a um marco temporal pretérito instituído no texto (eram oito horas da manhã). Como o tempo começa a ordenar-se em relação a uma demarcação constituída no texto, a debreagem temporal é enunciva. Aliás, o visse que vem a seguir está relacionado não a um *agora*, mas a um *naquele momento*, o que corrobora a enuncividade. O espaço estabelecido no texto não é o aqui da enunciação, é um ponto marcado no texto, *à janela de uma grande casa de Botafogo*.

A debreagem enunciativa e a enunciva criam, em princípio, dois grandes efeitos de sentido: de subjetividade e de objetividade. Com efeito, a instalação dos simulacros do *ego-hic-nunc* enunciativos, com suas apreciações dos fatos, constrói um efeito de subjetividade. Já a eliminação das marcas de

3. O pretérito perfeito tem, em português, dois valores temporais distintos: anterioridade ao agora, que denominamos pretérito perfeito 1, e concomitância a um marco temporal pretérito, que indicamos com o nome pretérito perfeito 2. Os tempos enuncivos são: a) em relação a um marco temporal pretérito - concomitância acabada (pretérito perfeito 2); concomitância inacabada (pretérito imperfeito); anterioridade (pretérito mais que perfeito); posterioridade imperfectiva (futuro do pretérito simples); posterioridade perfectiva (futuro do pretérito composto); b) em relação a um marco temporal futuro - concomitância (presente do futuro, expresso pelo futuro do presente); anterioridade (futuro anterior, chamado na NGB futuro do presente composto); posterioridade (futuro do futuro, expresso pelo futuro do presente correlacionado ao termo depois ou um sinônimo).

enunciação do texto, ou seja, da enunciação enunciada, fazendo que o discurso se construa apenas com enunciado enunciado, produz efeitos de sentido de objetividade. Como o ideal de ciência que se constitui a partir do positivismo é a objetividade, o discurso científico tem como uma de suas regras constitutivas a eliminação de marcas enunciativas, ou seja, aquilo a que se aspira no discurso científico é construir um discurso só com enunciados.

Há também debreagens internas, freqüentes no discurso literário e também na conversação ordinária (Greimas e Courtés, 1979: 80). Trata-se do fato de que um actante já debreado, seja ele da enunciação ou do enunciado, se torne instância enunciativa, que opera, portanto, uma segunda debreagem, que pode ser enunciativa ou enunciva. É assim, por exemplo, que se constitui um diálogo: com debreagens internas, em que há mais de uma instância de tomada da palavra. Essas instâncias são hierarquicamente subordinadas umas às outras: o *eu* que fala em discurso direto é dominado por um eu narrador que, por sua vez, depende de um *eu* pressuposto pelo enunciado. Em virtude dessa cadeia de subordinação diz-se que o discurso direto é uma debreagem de 2º grau. Seria de 3º, se o sujeito debreado em 2º grau fizesse outra debreagem. Embora esse processo possa ser teoricamente infinito, é quase impossível, por razões práticas, como a limitação da memória, que ele ultrapasse o 3º grau e é muito difícil que vá além do 2º.

Ao contrário da debreagem, que é a expulsão fora da instância de enunciação da pessoa, do espaço e do tempo do enunciado, a embreagem é "o efeito de retorno à enunciação", produzido pela neutralização das categorias de pessoa e/ou espaço e/ou tempo, assim como pela denegação da instância do enunciado.

Como a embreagem concerne às três categorias da enunciação, temos, da mesma forma que no caso da debreagem, embreagem actancial, embreagem espacial e embreagem temporal.

A embreagem actancial diz respeito à neutralização na categoria de pessoa. Toda embreagem pressupõe uma debreagem anterior. Quando o Presidente diz "O Presidente da República julga que o Congresso Nacional deve estar afinado com o plano de estabilização econômica", formalmente temos uma debreagem enunciva (um *ele*). No entanto, esse ele significa *eu*. Assim, uma debreagem enunciativa (instalação de um *eu*) precede a embreagem, a saber, a neutralização da oposição categórica eu/ele em benefício do segundo membro do par, o que denega o enunciado. Denega justamente porque o enunciado é afirmado com uma debreagem prévia (Greimas e Courtés, 1979: 119-121)[4]. Negar o enunciado estabelecido é voltar à instância que o precede e é pressuposta por ele. Por conseguinte, obtém-se na embreagem um efeito de identificação entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação, tempo do enunciado e tempo da enunciação, espaço do enunciado e espaço da enunciação.

4. A embreagem aproxima-se do que a retórica clássica chamava "enálage", isto é, a possibilidade de usar formas lingüísticas com valor deslocado em relação a seu valor usual (Lausberg, 1966 e 1976).

Você *lá*, que é que está fazendo no meu quintal?

A embreagem espacial concerne a neutralizações na categoria de espaço. *Lá* está, nessa frase, empregado com o valor de *aí*, espaço do enunciatário. Esse uso estabelece uma distância entre os actantes da enunciação, mostrando que a pessoa a quem o enunciador se dirige foi colocada fora do espaço da cena enunciativa.

A embreagem temporal diz respeito a neutralizações na categoria de tempo. Tomemos como exemplo o poema *Profundamente*, de Manuel Bandeira:

Quando ontem adormeci
Cantavam
Na noite de São João
E riam
Havia alegria e rumor
Ao pé das fogueiras acesas?
Estrondo de bombas luzes de Bengala

Vozes cantigas e risos
- Estavam todos dormindo
Ao pé das fogueiras acesas.

Estavam todos deitados
No meio da noite despertei
Dormindo
Não ouvi mais vozes nem risos
Profundamente
Apenas balões

Passavam errantes
Não pude ver o fim da festa de São João
Silenciosamente
Quando eu tinha seis anos
Apenas de vez em quando
Porque adormeci
O ruído de um bonde

Cortava o silêncio
Hoje não ouço mais as vozes daquele tempo
Como um túnel.
Minha avó
Onde estavam os que há pouco
Meu avô
Dançavam
Totônio Rodrigues

Tomásia
Estão todos deitados
Rosa
Dormindo
Onde estão todos eles?
Profundamente.
Estão todos dormindo

Quando chegamos à segunda parte, compreendemos que *ontem é na véspera do dia de São João do ano em que o poeta tinha seis anos (naquele tempo)*. Esse neutralização entre o tempo enunciativo ontem e o tempo enuncivo na *véspera*, em benefício do primeiro, é um recurso para presentificar o passado, reviver o que aconteceu naquela noite de São João, em que o poeta adormece e vive, no tempo antes, rumor e alegria e, no tempo depois, silêncio. Nessa noite, à vigília do poeta corresponde o sono profundo dos que tinham dançado, cantado e rido ao pé das fogueiras acesas.

Ao debrear enuncivamente a *véspera da festa de São João*, no início da segunda parte, o poeta afasta o que revivera, transformando essa revivescência em lembrança. Nos termos de Benveniste, a primeira parte deixou de ser discurso, ou seja, vida e passou a ser história. Há então uma debreagem enunciativa e volta-se para a vida presente. À vigília de outrora corresponde a vida de hoje; ao silêncio de antanho corresponde a não vida hodierna. O poeta está vivo e só, pois todos os que ele amava estão mortos e enterrados (*dormindo e deitados*). No passado tivera essa experiência da ausência, que revive transformando a história em discurso. A embreagem temporal resgatou o tempo das brumas da memória e recolocou-o lá novamente.

Dizem Greimas e Courtés que a embreagem, ao mesmo tempo, apresenta-se como um desejo de alcançar a instância da enunciação e "como o fracasso, como a impossibilidade de atingi-la. As duas 'referências' com cuja ajuda se procura sair do universo fechado da linguagem, prendê-la a uma exterioridade outra - a referência ao sujeito (à instância de

enunciação) e a referência ao objeto (ao mundo que cerca o homem enquanto referente) - no fim das contas, só chegam a produzir ilusões: a ilusão referencial e a ilusão enunciativa" (1979: 120).

Os exemplos dados acima são exemplos de *embreagem homocategórica*, que ocorre "quando a debreagem e a embreagem que a segue afetam a mesma categoria, a de pessoa, a do espaço ou a do tempo" (Greimas e Courtés, 1979: 121). A embreagem em que as categorias presentes na debreagem e na embreagem subseqüente são distintas é chamada *embreagem heterocategórica*. Um excelente exemplo de embreagem heterocategórica é o uso, muito freqüente em português, de uma medida temporal para indicar uma medida espacial.

Fica a três horas de carro daqui.

É preciso ainda distinguir entre *embreagem enunciativa e enunciva*. Aquela ocorre quando o termo debreante é tanto enunciativo como enuncivo, mas o embreante é enunciativo. Assim, por exemplo, num *outdoor*, em Minas, a frase "Em Minas, o futuro é agora" debreia a posterioridade enunciativa e nega-a com a concomitância enunciativa, em benefício da última. A embreagem é enunciativa porque é um elemento do sistema enunciativo que resta no enunciado.

Chama-se embreagem enunciva aquela em que o termo debreante pode ser enunciativo ou enuncivo, mas o termo embreante é enuncivo:

Encurtando, aconselhei o major a fazer a ceata com a menina de suas paixões em recinto de conhaque e beberetes:

- Como no Taco de Ouro, seu compadre. Para esses preparativos não tem como o Taco de Ouro.

Que procurasse o Machadinho, um de costeleta escorrida até perto do queixal, que logo aparecia mesa bem encravada no escurinho.

- Nem o major precisa abrir a boca. Machadinho vendo a cara pintada da peça, sabe no imediato que é negócio sem-vergonhista (CL, 173).

A primeira fala do narrador e a debreagem interna de 2º grau indicam que a pessoa com quem o coronel falava era o major. Ocorre, portanto, uma debreagem enunciativa. Quando o coronel diz o *major*, temos um ele (termo enuncivo) a ocupar o lugar do tu. Portanto, trata-se de uma embreagem enunciva.

A embreagem pode ainda classificar-se em *externa*, quando produzida por uma instância enunciativa pressuposta pelo enunciado, e *interna*, quando feita por uma instância enunciativa já inscrita no enunciado.

A embreagem, ao contrário da debreagem, que referencializa as instâncias enunciativas e enuncivas a partir de que o enunciado opera, desreferencializa o enunciado que ela afeta (Greima e Courtés, 1979: 121). Por exemplo, quando se usa uma terceira pessoa no lugar de uma segunda, é como se o interlocutor não falasse com o interlocutário, mas com outros sobre ele. Dessa forma desreferencializa-se a instância do tu.

Com o conceito de embreagem, podemos explicar as instabilidades nas categorias de pessoa, de tempo e de espaço.

Na categoria da pessoa, podemos utilizar qualquer pessoa no lugar de outra. Tomemos alguns exemplos:

a) terceira pessoa pela primeira do singular.

Pois foi *Ponciano* arrotar vantagem e aparecer, na boca de um taquaral, aquele pedação de onça que em medida de olho nu ganhava de um garrote em tamanho e peso (CL, 46).

Como o narrador é o próprio Ponciano, quando ele se denomina pelo seu nome, está empregando uma terceira pessoa com o valor de primeira.

Quando se faz essa embreagem é como se o enunciador se esvaziasse de toda e qualquer subjetividade e se apresentasse apenas como papel social. O exemplo abaixo é muito interessante, para mostrar esse fato, pois D. João I e Mestre de Avis são a mesma pessoa, o enunciador. Dissociam-se ambos os papéis, no entanto, para deixar claro que eles é que estão em jogo no momento da fala.

Eia, pois: se não perdoais a *D. João I* uma suposta ofensa, perdoai-a ao *Mestre de Avis, ao vosso antigo capitão* (Herculano, FN, 237).

b) terceira pessoa pela segunda do singular.

Era bilhete de Dona Esmeralda, com parabéns pelo que diziam de mim as gazetas. Também de Fonseca, que encontrei na rua depois, recebi os cumprimentos:

- Sim senhor! *O coronel* anda por cima da carne-seca. Não sai das folhas (CL, 231).

Nesse caso, *coronel* significa tu. Trata-se a pessoa com quem se fala com um substantivo indicativo de um papel social. Pode-se também chamá-

la por seu nome ou por ele. É o que acontece neste exemplo de Herculano em que Afonso Henriques se dirige a D. João I:

Só *D. João I* compreende Afonso Henriques; porque só ele compreende a valia destas duas palavras formosíssimas, palavras de anjo - pátria e glória (Herculano, FN, 238).

c) primeira pessoa do singular pela terceira.

O essencial nestes conceitos, assim vemos, é que negam a um partido o direito de se identificar com o Estado e a sociedade. Negam o modelo leninista de vanguarda. E assim fazem parte da política tanto a disputa quanto o diálogo, a negociação e a aliança. Ao optar pela fala e pelo voto, *instituo* esta coisa rara na história, que é a resolução pacífica de conflitos. Tenho adversários, não inimigos. E veja-se a importância destes princípios num país de tradição autoritária e violenta como o Brasil, em que a delimitação de um espaço ao mesmo tempo de conflitos reconhecidos e de paz constitui um aprendizado tão difícil quanto precioso (Renato Janine Ribeiro, FSP, 29/8/1993: 6-6).

Nesse exemplo, substitui-se uma forma indeterminada por uma forma de primeira pessoa, colocando o sujeito indeterminado na situação de enunciação: *Ao optar pela fala e pelo voto, institui-se esta coisa rara na história, que é a resolução pacífica dos conflitos.*

d) segunda pessoa do singular pela primeira do singular.

Meu velho Aires, trapalhão da minha alma, como é que *tu* comemoraste no dia 3 o ministério Ferraz, que é de 10? Hoje é que ele faria anos, *meu velho Aires*. Vês que é bom ir apontando o que se passa; sem isso não te lembrarias nada ou trocarias tudo (MA, I, 1138).

Nesse caso, Aires dirige-se a si mesmo, como se ele fosse uma segunda pessoa. Há um processo de desdobramento fictício do enunciador, que se constitui num outro, para ser alvo de suas apreciações, confidências, etc.

e) segunda pessoa do singular pela segunda do plural.

Pulvis es, et in pulverem reverteris. Homem cristão com quem fala a Igreja, *és* pó e *hás* de ser pó; que remédio? Fazer que um pó seja corretivo do outro. Sê desde logo o pó que *és*, e não temerás depois ser o pó que *hás* de ser (VI, 193).

Nesse exemplo, um orador fala a uma assembléia, usando um *tu* em lugar de vós. Desse modo, adota um pronome que, dirigindo-se a cada um em particular, implica a todos.

f) primeira pessoa do singular pela primeira do plural.

Sabeis (observe-se que se passa também do *tu* do exemplo anterior imediatamente para o *vós*), Senhores, por que tememos o pó que havemos de ser? É porque não queremos ser o pó que somos. *Sou* pó, e *hei* de ser pó por vontade. Não é melhor que se faça desde logo a razão o que depois há de fazer a natureza? Se a natureza *me* há de resolver em pó, *eu quero* resolver-*me* em pó; e faça a razão por remédio, o que há de fazer a natureza sem remédio. Não sei se entendestes todos a metáfora? Quer dizer mais claramente, que o remédio único contra a morte é acabar a vida antes de morrer. Este é meu pensamento; e envergonho-me, sendo pensamento tão cristão, que o dissesse primeiro um gentio: Considera quam pulchra res sit consummare vitam ante mortem: deinde expectare securam reliquem temporis sui partem? (VI, 193).

Nesse caso, uma posição coletiva é assumida por alguém que se coloca como seu porta-voz, mas também seu participante. Vieira, no mesmo sermão mencionado logo acima, depois de dirigir-se a cada cristão individualmente, assume individualmente uma posição que é de todos os cristão e não pessoal, como ele mesmo nos explica. Observe-se que, no texto, passa-se do *nós* para o *eu* com sentido de *nós*. Individualizar uma posição torna-a mais forte, mais viva, mais veraz.

A língua, com o mecanismo da embreagem, permite que pronomes derrapem e efetuem sua ancoragem em pontos de referência deslocados em relação às coordenadas enunciativas efetivas. Todas as unidades dêiticas que indicam o enunciador podem denotar o enunciatário e vice-versa. Pessoas ampliadas podem significar as pessoas singulares e vice-versa; a não pessoa pode assinalar as pessoas e vice-versa. O *eu*, assim como o fazem o *aqui e o agora*, ancora o texto. A debreagem dá-lhe um caráter referencializado. A embreagem desestabiliza essa referencialização, mostrando o texto como enunciação e, portanto, desvelando a ilusão referencial.

Analisemos um pouco melhor os efeitos de sentido produzidos pelo mecanismo da embreagem. Quando se fala em *efeito de sentido*, pensa-se imediatamente em algo assistemático, que difere em cada caso, que

não obedece a nenhuma coerção sistêmica. No entanto, não é assim que as coisas se passam na linguagem, pois tem ela um aspecto sistêmico, que é o que possibilita a comunicação. A "vertigem pronominal", de que fala Genette, submete-se a determinadas coerções semânticas, que tornam possível sua compreensão. Embora o discurso mostre que o uso lingüístico é mais rico, variado e multiforme do que possam imaginar nossas descrições do sistema, os efeitos de sentido produzidos por ele com o mecanismo da embreagem estão sujeitos a uma categoria semântica invariável, que, nos diferentes casos, vai, por um processo de enriquecimento, ganhando uma concretude maior e vai, por conseguinte, diferenciando-se. No entanto, é preciso ressaltar que essa diferenciação constitui uma variação da categoria de base.

No caso das categorias da enunciação, a oposição sêmica que está na base de todos os efeitos de sentido é:

APROXIMAÇÃO VS DISTANCIAMENTO.

Aproximação e distanciamento foram escolhidos por metaforizarem perfeitamente a expressão ou não da fonte enunciativa, em relação à qual se ordenam tempos e espaços.

No que concerne à categoria de pessoa, *aproximação* apresenta-se num nível mais superficial como /subjetividade/ e *distanciamento*, como /objetividade/. Se considerarmos pessoa como o termo designador da individualidade e persona como a palavra que indica o papel social de um indivíduo, diríamos que a debreagem enunciativa instala uma pessoa no enunciado e a enunciva projeta nele uma persona. *Objetividade* é uma palavra polissêmica, pode significar tanto *neutralidade*, quanto *justeza*, isto é, *adequação a um referente*. Na linguagem, na verdade, não há nem uma nem outra. O que há são efeitos de sentido produzidos, no primeiro caso, por uma apagamento das marcas da enunciação no enunciado e, no segundo, por um controle dos termos mais nitidamente avaliativos. Objetividade lingüística não existe, mas, por meio de certos procedimentos, chega-se ao efeito de sentido de objetividade.

No caso da embreagem, temos um quadro um pouco mais complexo. Considerando a primeira pessoa o lugar privilegiado da subjetividade e a terceira, o topos por excelência da objetividade, a segunda será tanto o lugar da não subjetividade, quanto da não objetividade, dependendo de estar no lugar da primeira ou da terceira pessoa.

A "vertigem pronominal" é rigorosamente controlada do ponto de vista semântico. Ela não produz o não sentido, mas novos sentidos; não gera o caos, mas uma nova ordem. Não é a ordenação do sistema que cria a

vida da linguagem, mas a exploração, no discurso, das suas possibilidades de ruptura.

Além da neutralização actancial num nível micro-textual, podem-se neutralizar os actantes ou denegar o enunciado num nível macro-textual. Essas neutralizações e denegações dizem respeito à relação entre a instância da narração e a do narrado. Por isso, o que está em questão não são pontos localizados do texto, mas a globalidade do discurso. Nesse caso, teríamos como que macro-embreagens. Há duas formas de realizá-las: o narrador apresentar-se sob a forma de uma pessoa com o valor de outra ou, então, mudar os actantes de nível narrativo. No primeiro caso, uma possibilidade é a de um *ele* que significa *eu*. Nesse caso, o narrador, que se identificaria com um actante da narrativa, não se enuncia como eu, mas usa a terceira pessoa para referir-se a si mesmo, como se fosse apenas um actante da narrativa.

O caso mais célebre de uma obra em que o ele é usado com o valor de eu é o De *Bello Gallico*, de César. Ao longo de toda a obra, em que se narra a guerra contra os gauleses, César não se diz eu, mas César. Butor mostra o alcance político extraordinário dessa embreagem (1964, 69).

Sendo cônsules Lúcio Domício e Ápio Cláudio, César, partindo dos quartéis de inverno para a Itália, como costumava fazer todos os anos, ordena aos lugares-tenentes que pusera à frente das legiões que cuidem para que no inverno se construa o maior número possível de naves e para que se consertem as velhas (V, 1).

Uma outra forma de realizar macro-embreagens é efetuar a passagem de um actante de um nível narrativo a outro, pois, assim, a ilusão referencial esboroa-se. Vimos que há três níveis enunciativos (o do enunciador/enunciatário; o do narrador/narratário; o do interlocutor/interlocutário) e que o último pode ser desdobrado em diferentes graus. É preciso considerar que uma "pessoa" pode passar de um nível a outro, ou de um grau a outro, como acontece no filme *A rosa púrpura do Cairo*, em que uma personagem do filme primeiro entra no filme segundo, onde vive uma história de amor com o galã ou em *Continuidad de los Parques, em Final de juego*, de Cortázar, em que um homem é assassinado por uma personagem de um romance que está lendo.

As fronteiras dos níveis são móveis. Ultrapassá-las, misturar os graus, fazer de um actante de um nível actante do outro produzem um efeito de sentido de ficção, de meta-realidade, de liberação das rígidas convenções miméticas. Afinal, ficção é fingimento, é o processo pelo qual o homem tem o poder criador atribuído pelo mito à divindade. Com a palavra, cria outras realidades tão reais quanto aquela que recebe essa denominação.

No que diz respeito aos tempos, a debreagem cria uma enunciação enunciada, em que os tempos do enunciado simulam os tempos da enunciação, ou um enunciado enunciado, em que se tem a ilusão de estar diante da temporalidade dos acontecimentos. Tem-se a impressão de estar sempre em presença de uma temporalidade não lingüística: tempo do ato de dizer, no primeiro caso; tempo dos eventos, no segundo. Ora, quando se neutralizam termos da categoria do tempo, o efeito de sentido que se produz é o de que o tempo é pura construção do enunciador, que presentifica o passado, torna o futuro presente, etc. Assim, com esse procedimento, passa-se da ilusão enunciativa da naturalidade dos tempos do dizer e do dito, da quimera de que o tempo lingüístico é o tempo do mundo para a certeza de que o tempo é efeito de sentido produzido na e pela enunciação.

Podem-se neutralizar:

a) um tempo enunciativo (relacionado ao momento de referência pretérito) e um enuncivo correspondente (relacionado seja a um marco temporal pretérito, seja a um marco temporal futuro);

b) um termo da categoria topológica (concomitância vs não concomitância (anterioridade vs posterioridade)) e outro, dentro do mesmo sistema ou subsistema temporal;

c) um termo da categoria topológica com outro de um sistema ou subsistema temporal distinto (esse caso é bastante raro e ocorre em circunstâncias enunciativas muito precisas)

Temos o primeiro caso, quando se neutralizam, por exemplo, o pretérito perfeito 2 e o presente, realizando o chamado presente histórico, ou o futuro do pretérito e o do presente. Temos a segunda possibilidade, quando se suspende, por exemplo, a oposição entre concomitância (presente) e posterioridade (futuro do presente) do sistema enunciativo. O terceiro caso acontece, quando se neutralizam, por exemplo, concomitância durativa do subsistema enuncivo da anterioridade (pretérito imperfeito) com anterioridade do sistema enunciativo (pretérito perfeito I).

O sistema de tempos organiza-se na língua de maneira absolutamente simétrica. No entanto, tal como ocorre com a categoria de pessoa, o discurso, misturando perspectivas, confundindo os termos da categoria topológica, subvertendo oposições, produz uma "vertigem temporal", de que se vale para criar efeitos de sentido. Estes não se fragmentam numa multiplicidade incontrolável de significações, mas estão subordinados à categoria semântica básica: *aproximação vs distanciamento*.

Num primeiro nível de concretização, essa categoria produz três outras: uma para os efeitos de sentido temporais stricto sensu: *conjunção vs*; outra para os efeitos de sentido modais: *realidade vs deslocação*;

virtualidade; outra para os efeitos de sentido aspectuais: *inacabado vs não começado*.

Dessa forma, temos um efeito de sentido básico para cada uma das categorias que incidem sobre o evento expresso pelo verbo. Cada um dos termos dessas categorias pode ser negado na produção de efeitos de sentido.

Os efeitos de sentido operam em dois níveis:

a) dentro de um mesmo subsistema, quando se usa, por exemplo, uma posterioridade com valor de concomitância;

b) em subsistemas distintos (assim, por exemplo, a utilização do futuro do pretérito com valor de futuro do presente é a passagem da concomitância, uma vez que o futuro do presente pertence ao sistema que tem como momento de referência o momento da enunciação, para o da anterioridade, já que o futuro do pretérito faz parte do subsistema cujo momento de referência é pretérito; por isso, essa embreagem produz o efeito de sentido de irrealidade).

Na determinação dos efeitos de sentido, o momento de referência predomina sobre os termos da categoria topológica.

Como se manifestam esses efeitos de sentido?

a) A conjunção pode concretizar-se como ressonância no momento de referência; a deslocação, como separação total do momento de referência; a não deslocação, como proximidade e a não conjunção, como distância.

> Tinha vindo do Zaire muito novo, lá nascera. Os pais se tinham exilado no Zaire durante a guerra de independência de Angola e ele *nasceu* em Kinshasa. Voltou com a independência, *aprendeu* o português, *esqueceu* o lingala, e se *integrou* (L, 122).

O romance é narrado no pretérito. Em relação a um momento de referência (ano de 1999), a vinda do Zaire, seu nascimento e o exílio dos pais são anteriores e, por isso, são narrados no pretérito mais que perfeito. No entanto, são também anteriores a volta, o aprendizado do português, o esquecimento do lingala e a integração. São, entretanto, relatados no pretérito perfeito 2 (concomitância pontual em relação ao momento de referência), porque esses fatos têm ressonância no momento da narrativa, já que, como explica o narrador, os "regressados" não eram bem vistos em Angola depois da independência.

b) A realidade pode manifestar-se como certeza das ações futuras, como inevitabilidade, como necessidade; a virtualidade, como suposição, dúvida, hipótese, incerteza, probabilidade, atenuação dos fatos; a não virtualidade, como inelutabilidade da ação futura; a não realidade, como atenuação da ação presente e evasão da realidade.

> Ele não quer que eu fique solteira toda a vida, não?
>
> Não tem poder para isso. Mas bem que *queria*, acho. Ou não sabes, maninha? (L, 136).

O diálogo está ancorado no momento de referência presente. Em lugar de dizer *Mas bem que quer, acho*, que indica a realidade, diz-se *Mas bem que queria, acho*, que aponta para a não realidade, que se manifesta como atenuação, já que *queria* é um tempo do subsistema da anterioridade.

c) O inacabado manifesta a inevitabilidade da ação futura, porque a mostra como já começada, e a imperfectividade do evento passado; o não começado, o caráter eventual do acontecimento; o começado, a iminência do evento futuro e a perfectividade da resolução tomada; o acabado, o efeito inevitável do que está ocorrendo e a rapidez com que se dá o que está acontecendo.

> - Devem agradecer é a Ndumba uo Tembo, é ele o grande caçador que fez tudo.
>
> Além de corajosa, como poucos, também era modesta, como deve ser um eleito pelos espíritos, assim diziam os velhos, e os mais novos concordavam. Ndumba estava com um sorriso contrafeito, pois a vitória lhe *escapava* (L, 134-135).

Todo o povo estava festejando a rainha porque ela teria matado o leão que iria devorar Ndumba uo Tembo. Na verdade, ele é que matara o leão. Assim, quando o povo começa a louvar a rainha, a vitória já lhe tinha escapado. Ao utilizar o imperfeito (concomitância durativa) em lugar do pretérito mais que perfeito, o narrador cria um efeito de sentido de imperfectividade do fato passado, de um desenrolar-se longo, que assinala que tudo ia ferindo lentamente o orgulho do guerreiro.

Os tempos, no discurso, fogem das rígidas convenções do sistema, mesclam-se, superpõem-se, perseguem uns aos outros, servem de contraponto uns aos outros, afastam-se, aproximam-se, combinam-se, sucedem-se num intrincado jogo de articulações e de efeitos de sentido. No entanto, como no contraponto, obedecem a regras, a coerções semânticas. O discurso cria o cosmo e abomina o caos.

Da mesma forma que na pessoa, há macroembreagens, que são um processo composicional que rege a relação global entre tempo da enunciação e tempo do enunciado. Isso pode ser exemplificado com o poema *Profundamente*, de Manuel Bandeira, já citado em outra parte deste estudo. Depois de ter narrado a festa de São João numa perspectiva temporal enunciativa (*Quando ontem adormeci*), coloca-a numa temporalização enunciva (Quando eu tinha seis anos/ *Não pude ver...*) e,

então, o *ontem* torna-se na *véspera*. A anterioridade em relação ao presente é transformada em concomitância durativa em relação ao marco temporal pretérito. Assim, o enunciado relatado no sistema enunciativo metamorfoseia-se em enunciado com temporalização enunciva. O enunciador aproximou-o pela lembrança e depois afastou-o, colocando os acontecimentos recordados na categoria de fatos passados.

Assim como as línguas expressam o que Benveniste chamou um tempo lingüístico propriamente dito e um tempo crônico, ou seja, um tempo, direta ou indiretamente, relacionado ao momento da enunciação, e um tempo que exprime as divisões do tempo físico, também conceptualizam dois tipos de espaço, que denominaremos espaço lingüístico e espaço tópico.

O espaço lingüístico ordena-se a partir do *hic*, ou seja, do lugar do ego[5]. Todos os objetos são assim localizados, sem que tenha importância seu lugar no mundo, pois aquele que os situa se coloca como centro e ponto de referência da localização. O espaço lingüístico é expresso pelos pronomes demonstrativos e por advérbios de lugar.

O espaço tópico conceptualizado nas línguas marca a emergência da descontinuidade na continuidade. As línguas estabelecem esse espaço seja como uma posição fixa em relação a um ponto de referência, seja como um movimento em relação a uma referência. Da mesma forma que o tempo crônico pode ser assinalado a partir do momento da enunciação (por exemplo, *há dois dias, dentro de três semanas*) ou de um marco temporal instalado no enunciado (por exemplo, *dois meses antes, mil anos depois*), o espaço tópico é determinado quer em relação ao enunciador (por exemplo, *à minha esquerda, atrás de mim*), quer em relação a um ponto de referência inscrito no enunciado (por exemplo, *na frente da igreja, à direita da estátua*). Quando nenhum actante está presente no enunciado para servir de ponto de referência, é preciso construir um: *à esquerda, descendo a Brigadeiro* (= à esquerda de quem estiver descendo a Brigadeiro); *à direita, de frente para a Catedral*. Alguns actantes do enunciado têm orientação definida. Por exemplo, a margem esquerda de um rio determina-se em relação a seu curso, a frente de um edifício é sua fachada.

Assim como ocorre com as demais categorias da enunciação, podem-se neutralizar as oposições espaciais. Essa neutralização produz embreagens espaciais. Temos um sistema enunciativo espacial, em que estão demarcados três lugares (por exemplo, este, esse, aquele), e um sistema enuncivo, em que não se distinguem diferentes espaços lingüísticos (por

5. Somos tributário, nessa análise dos dois espaços, das indicações dadas por Benveniste a respeito da categoria do espaço e de seus estudos sobre o tempo (1974, 67-78).

exemplo, *alhures, algures*). Por conseguinte, temos dois tipos teóricos distintos de neutralização: entre espaços diferentes no sistema enunciativo e entre os lugares do espaço enunciativo com o espaço enuncivo. Tomemos dois exemplos:

a) espaço do enunciatário pelo do enunciador.

> O guarda livros, num rapelão, ordenou:
> - Tire *esse* bandido da minha frente, João! Tome conta dele (Ferreira de Castro, apud Cunha, 1972: 235).

Como a pessoa chamada de bandido está diante do enunciador e não junto do enunciatário, o falante deveria ter utilizado o termo este em lugar de esse. O emprego de esse assinala o desinteresse do enunciador por aquele de quem fala, a ponto de colocá-lo fora de seu espaço [6].

b) espaço do enunciador pelo espaço fora da situação enunciativa.

> Eu só queria estar lá para receber *estes* cachorros a chicote (José Lins do Rego, apud Cunha, 1972: 235).

O advérbio *lá* denota que o espaço em que estão as pessoas que o enunciador queria receber a chicote está fora da situação enunciativa. Não obstante, ele emprega *estes* e não *aqueles*. Esse uso revela o interesse particular do enunciador no evento, o que o faz torná-lo presente na cena enunciativa.

A embreagem espacial produz, assim como a que ocorre nas demais categorias enunciativas, um dado efeito de sentido. Já se viu que a categoria semântica de base que subjaz a esses diferentes efeitos de sentido é *proximidade vs distanciamento*. No caso da espacialidade, essa categoria manifesta-se como *presentificação vs absenteização*. A presentificação

6 Embora a embreagem seja um fato da linguagem humana, portanto universal, as possibilidades concretas de neutralização sofrem as coerções do sistema lingüístico em que ocorrem. Por isso, se é verdade que o sistema dêitico espacial do português está transitando de uma estrutura tricotômica para uma dicotômica, os casos 1 e 2 deixarão de ser embreagens. No entanto, é nossa posição que, enquanto a língua mantiver as formas este/esse, casos como os seguintes devem ser considerados embreagens: Ana: Aí mesmo. (Pega umas seis garrafas de leite e lata e põe junto dela). Isto aí são seus filhos. Zefa: (Espantada) Vije! Isto aí, fio? (COR); Estás vendo isso aqui? O revólver do Timbaúba, que eu comprei... (BO); Sabe onde estamos? No maior estacionamento da cidade. Logo mais isso aqui será um inferno (CCI); Sabe, isso aqui é um mictório público. Você parece que está numa igreja (CCI). Enquanto existirem as três formas, a embreagem existe. Quando uma das formas desaparecer, será considerada embreagem a neutralização em autores que empregam, de maneira sistemática, as três formas. Nesse momento, teremos variantes diacrônicas no uso do demonstrativo.

torna presente, visível, concreto, no espaço do enunciador, algo que estava no espaço enuncivo, fora da situação de enunciação, ou no espaço do enunciatário, o que indica o interesse do enunciador por aquilo que ele "pôs" perto dele. A absenteização retira da cena enunciativa o que estava dentro dela, o que denota desagrado ou um certo menosprezo do enunciador por aquilo que foi tornado ausente.

Podemos chegar a algumas conclusões:

1. As categorias de pessoa, espaço e tempo regem-se pelos mesmos princípios, porque:

a) os actantes, os tempos e os espaços lingüísticos *stricto sensu* não refletem as pessoas reais, nem o tempo físico, nem o espaço geométrico, mas são criados na e pela enunciação;

b) cada uma dessas categorias apresenta um sistema enunciativo e um enuncivo: o primeiro contém os actantes, os tempos e os espaços relacionados diretamente aos actantes, ao momento e ao lugar da enunciação; o segundo, os actantes e os espaços inscritos no enunciado e os tempos ligados a um marco temporal instalado no enunciado;

c) as pessoas, os tempos e os espaços do sistema enuncivo são determinados indiretamente pela instância da enunciação, já que o *ele*, o então e o *algures* ganham sentido pela relação com o *ego-hic-nunc* da enunciação;

d) como o discurso se compõe de uma enunciação enunciada e de um enunciado enunciado, as pessoas, os espaços e os tempos são nele desdobrados, pois há uma actorialização, uma temporalização e uma espacialização tanto numa quanto noutro;

e) as categorias da enunciação podem projetar-se no enunciado (debreagem enunciativa da enunciação) ou estar ausentes dele (debreagem enunciva da enunciação);

f) os eventos podem ocorrer com actantes do enunciado, num tempo e num espaço enuncivos (debreagem enunciva do enunciado) ou simulam dar-se com actantes idênticos aos da enunciação, num tempo e num espaço também idênticos aos da enunciação (debreagem enunciativa do enunciado);

g) a debreagem do enunciado não tem o mesmo estatuto que a debreagem da enunciação, pois é subordinada a esta;

h) no texto, por um processo de delegação de vozes, podem-se criar diferentes instâncias da enunciação (cf. discurso direto); cada uma delas é um *ego-hic-nunc*;

i) na passagem do discurso direto para o indireto muda-se de uma situação de enunciação dupla para uma simples: por conseguinte, as pessoas, os espaços e os tempos de segundo grau que não coincidirem com os correspondentes de primeiro grau se transformam em seus equivalentes;

j) as três categorias estão sujeitas a instabilidades no discurso.

2. As instabilidades das categorias de pessoa, de espaço e de tempo no discurso obedecem a certas coerções e engendram, no nível profundo, os mesmos efeitos de sentido:

a) neutralizam-se as oposições espaciais, temporais ou actanciais, quando pertencem ao mesmo sistema (enunciativo ou enuncivo) ou quando, mesmo sendo de sistemas diferentes, expressam o mesmo termo categorial;

b) a instância da enunciação denega o enunciado, seja alterando a perspectiva enunciativa enunciada, seja convertendo o enuncivo em enunciativo ou vice-versa;

c) essas embreagens geram os efeitos de sentido de *aproximação* ou *distanciamento*, que se concretizam como *subjetividade* e *objetividade* na categoria de pessoa; como *presentificação e absenteização* na de espaço; como *conjunção* e *deslocação*, *realidade* e *virtualidade*, inacabado e não começado na de tempo;

d) a *aproximação* e suas concretizações estão relacionadas ao enunciativo e o *distanciamento* e suas manifestações mais superficiais, ao enuncivo.

Talvez se possa dizer que algumas possibilidades de embreagem que deixamos vislumbrar são meramente teóricas. Por isso, em alguns casos (poucos, é verdade), tivemos que adaptar exemplos. Defendemo-nos com duas vozes autorizadas: Borges e Genette. É do primeiro a afirmativa de que "basta que um livro seja passível de concepção para que ele exista" (1989: 82). Genette diz que "Cézanne, Debussy, Joyce estão cheios de traços que Ingres, Berlioz e Flaubert teriam declarado inaceitáveis - e assim por diante. Ninguém sabe onde param as 'possibilidades' teóricas ou reais do que quer que seja" (1983: 87); há possibilidades não realizadas, como "um romance em terceira pessoa, em forma de diário, escrito no futuro e apresentando os acontecimentos em ordem não cronológica", no entanto, não se pode "apressar-se em proclamar incompatibilidades definitivas: Natureza e Cultura produzem a cada dia milhares de monstros, que se portam como algo encantador" (1983: 89). Não fomos tão longe, o que nos autorizou foi o "sistema" de instabilidades. Seguimos a tradição: o que é autorizado pelo sistema existe. No entanto, cabe ainda lembrar que o discurso, sendo da ordem da História, pode mudar o sistema.

BIBLIOGRAFIA

BENVENISTE, E. (1974). *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, vol. II.

_____. (1966). *Problèmes de linguistique générale*. Paris, Gallimard, vol. I.

BORGES, J. L. (1989). *Ficções*. 5 ed. São Paulo, Globo.

BUTOR, M. (1964). *Répertoire II. Études et conférences 1959-1963*. Paris, Minuit.

COQUET, J.-C. (1983). L'implicite de l'énonciation. In: *Langages*. Paris, 70: 9-14, jun.

CULIOLI, A. (1973). Sur quelques contradictions en linguistique. In: *Communications*. Paris, 20: 83-91.

CUNHA, C. (1972). *Gramática do Português contemporâneo*. 3ª ed. Belo Horizonte, Bernardo Alvares.

DANON-BOILEAU, L. (1982). *Produire le fictif*. Paris, Klincksieck.

GENETTE, G. (1983). *Nouveau discours du récit*. Paris, Seuil.

GREIMAS, A.J. e COURTÉS, J. (1979). *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris, Hachette, vol. I.

HAMAD, M. (1983). L'énonciation: procès et systèmes. In: *Langages*. Paris, 70: 35-46.

JAKOBSON, R. (1963). *Essais de linguistique générale*. Paris, Minuit.

LAUSBERG, H. (1976). *Manual de retórica literária*. Madrid, Gredos, vol. II.

_____. (1966). *Elementos de retórica literária*. Lisboa, Gulbenkian.

ORECCHIONI, C.K. (1980). *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*. Paris, Armand Colin.

PARRET, H. (1988). *Enunciação e pragmática*. Campinas, Editora da Unicamp.

SIMONIN-GRUMBACH, J. (1983). Para uma tipologia dos discursos. In: JAKOBSON, R. et alii. *Língua, discurso e sociedade*. São Paulo, Global.

WEINRICH, H. (1973). *Le temps*. Paris, Seuil.

EXEMPLÁRIO

CL. *O coronel e o lobisomem*. Carvalho, José Cândido de, 8 ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.

FN. *Florilégio Nacional*. Lages, Antônio, São Paulo, LES.

GD. *Poesia*. Dias, Gonçalves, 4 ed., Rio de Janeiro, Agir, 1967.

L. *Lueji*. Pepetela, Luanda, União de Escritores Angolanos, 1989.

MA. *Obra completa*. Assis, Machado de, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1979, vol. I, II, III.

MB. *Poesia completa e prosa*. Bandeira, Manuel, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1983.

MC. *Memórias do cárcere*. Ramos, Graciliano, 7 ed., São Paulo, Martins, 1972, vol. I.

VI. *Sermões*. Vieira, António, Porto, Lello, 1959, vol. II.